
**Pautas de ciência no *fact-checking*:
análise da abordagem dos projetos Lupa e Aos Fatos**

**Science guidelines in fact checking:
analysis of Lupa and Aos Fatos projects approach**

Diogo Hirtsch Bugalho¹⁴
Larissa de Moraes Ribeiro Mendes¹⁵

RESUMO

Este artigo analisa como projetos jornalísticos de checagem abordam pautas relacionadas às ciências naturais. Para verificar se eles empregam recursos considerados eficazes, o estudo reuniu recomendações teóricas para o *fact-checking* e fez uma análise de conteúdo das reportagens publicadas pelos projetos Lupa e Aos Fatos no primeiro semestre de 2019. Constatou-se que os textos seguiram parcialmente recomendações teóricas tomadas como referência.

PALAVRAS-CHAVE: checagem de fatos; jornalismo científico; análise de conteúdo

ABSTRACT

This article analyzes how journalistic fact-checking projects approach guidelines related to natural sciences. To verify whether they use resources considered effective, this study gathered theoretical recommendations for fact-checking and made a content analysis of stories published by Lupa and Aos Fatos projects in the first half of 2019. It was found that texts partially followed the theoretical recommendations taken as reference.

KEYWORDS: fact-checking; scientific journalism; content analysis

INTRODUÇÃO

A percepção de problemas na comunicação de questões científicas não é nova. Por vezes, a opinião pública vê com desconfiança ou desprezo o avanço científico. Em outros

¹⁴ Recém-graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e-mail: diogohbugalho@gmail.com

¹⁵ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação Social; professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF, e-mail: larissamoraisuff@gmail.com

casos, agentes mal-intencionados se apropriam de um discurso supostamente amparado pela ciência para diversos fins. Uma tentativa de solucionar estes problemas se materializa na prática jornalística conhecida como checagem de fatos, que se originou na cobertura de política em meados da década de 2000 (GRAVES, 2016). Com o tempo, a checagem passou a abordar outros temas com o objetivo de tentar separar “verdadeiro” e “falso”, desmentindo informações que possam prejudicar o entendimento do público sobre várias questões. Mas será que a prática lida da melhor maneira com o problema que pretende atacar?

O debate se insere em um contexto marcado pela ascensão da Internet e profundas transformações nos meios de comunicação, que facilitaram a difusão de vários tipos de texto que podem levar a interpretações problemáticas. São histórias que podem não conter dados factuais, mas convencer ao apelar para a emoção (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017). E ainda que possamos questionar quais são os reais efeitos da checagem sobre o público, o sucesso dos checadores em construir uma nova instituição jornalística, com linguagem e características próprias, não pode ser negado (GRAVES, 2016). Apesar disso, entende-se que a checagem de fatos também não rompe com alguns conceitos caros ao jornalismo mais tradicional (SEIBT, 2019).

A narrativa do *fact-checking* pode ter, ainda, desvantagens em relação à narrativa de boatos e informações falsas. Isto porque o caráter do trabalho jornalístico visa a eliminar conjecturas, reduzindo o apelo emocional de determinadas histórias e, possivelmente, o interesse pelas checagens que as abordam (KAPFERER, 1993). Surge daí o objetivo desta pesquisa: verificar se a narrativa da checagem de fatos é construída de acordo com o que pesquisas apontam como adequado para combater a desinformação.

Este artigo, que deriva de uma monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de Jornalismo na Universidade Federal Fluminense, traz ainda os resultados de uma análise de conteúdo do material publicado por projetos de *fact-checking* no primeiro semestre de 2019. Tal análise consistiu em confrontar os textos selecionados com sugestões de estudiosos da área, de modo a verificar se recomendações teóricas se refletem na prática.

1. ESTUDANDO O *FACT-CHECKING*

Para contextualizar o problema na circulação de informações, esta pesquisa se baseou no relatório “Desordem da informação: rumo a uma abordagem interdisciplinar para a pesquisa e a formulação de políticas”¹⁶, da norte-americana Claire Wardle e do iraniano-canadense Hossein Derakhshan. Somaram-se as contribuições de vários outros autores que falam sobre a dinâmica *on-line* e sobre a própria desconfiança na ciência. Para explicar a história e as principais práticas do *fact-checking*, tivemos como referencial as teses do norte-americano Lucas Graves, depois transformada em livro, e da brasileira Taís Seibt. Graves (2016) nos leva a compreender a origem dessa prática jornalística. Já Seibt (2019) ajuda a contextualizar o cenário do *fact-checking* brasileiro e identificar inovações na atividade. Em seguida, percebeu-se que muitos estudos, principalmente estrangeiros, procuram mensurar os efeitos de checagens com conclusões, por vezes, divergentes.

Uma das bases dos questionamentos do presente trabalho é a contribuição dos australianos John Cook e Stephan Lewandowsky, especialistas em cognição. A pesquisa da dupla resultou na elaboração do “Manual da desmistificação”, que sugere maneiras de corrigir informações incorretas. Os autores contextualizam: “refutar mitos é algo problemático. A não ser que se tome muito cuidado, qualquer esforço para expor falácias pode, inadvertidamente, reforçar os mitos que se espera corrigir” (COOK; LEWANDOWSKY, 2011, p. 1). Outra referência é o trabalho dos dos cientistas políticos norte-americanos Brendan Nyhan e Jason Reifler (2012). Os dois consolidaram pesquisas acerca de desinformação e checagem de fatos em um material intitulado “Desinformação e *fact-checking*: achados de pesquisa em Ciências Sociais”¹⁷, que também reúne recomendações. A dupla sugere que “o modo de funcionamento da memória humana torna difícil atingir uma percepção incorreta. Uma vez que uma peça de informação é assimilada, pode ser muito complicado eliminar seus efeitos sobre as atitudes e o raciocínio subsequentes” (NYHAN; REIFLER, 2012, p. 14).¹⁸

¹⁶ Tradução dos autores para o título original “*Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making*”

¹⁷ Tradução dos autores para o título original “*Misinformation and Fact-checking: Research Findings from Social Science*”

¹⁸ Tradução dos autores para o original “*the way in which human memory work can make it difficult to address misperceptions. Once a piece of information is encoded, it can be very difficult to eliminate its effects on subsequent attitudes and reasoning*”.

Soma-se, ainda, a contribuição do jornalista e pesquisador canadense Craig Silverman (2015), autor do relatório “Mentiras, malditas mentiras e conteúdo viral”¹⁹. Por meio de estudos de caso, o autor demonstrou que, em geral, textos que se propõem a corrigir informações incorretas não costumam circular bem pela Internet. Para entender por que isso acontece, resgatamos ideias do francês Jean-Noël Kapferer, oriundo da publicidade e autor do livro “Boatos: o mais antigo mídia do mundo”. Na visão dele, uma checagem é quase um desmancha-prazeres. “[Ela] desativa o imaginário para mergulhar na banalidade do real. O desmentido suprime a história, a qual não se sabe bem se é totalmente verdadeira, mas que produz efeito quando ela é contada, provocando comentários e elucubrações as mais diversas e as mais apaixonantes” (KAPFERER, 1993, p. 216).

Com a formação deste quadro de referências teóricas, complementado por ideias de outros autores, a pesquisa desenvolveu uma análise de conteúdo conforme a metodologia definida pelos brasileiros Wilson Corrêa da Fonseca Junior e Heloiza Herscovitz, autores que se baseiam no método da pesquisadora francesa Laurence Bardin. A pesquisa valorizou, portanto, critérios de exaustividade e objetividade, a fim de que seus resultados pudessem ser reproduzidos.

2. METODOLOGIA ADOTADA

Optamos pela análise de temas científicos devido aos problemas históricos na compreensão da ciência e aos impactos potencialmente relevantes da tecnologia na divulgação desses temas, no cenário atual. Selecionamos reportagens dos projetos Lupa e Aos Fatos, pois ambos têm como foco o *fact-checking* e são signatários de um código de princípios da checagem. Pesa ainda o pioneirismo de ambas as iniciativas, bem como a relevância adquirida por seus projetos no contexto brasileiro. Para compor o *corpus*, selecionamos reportagens que se aprofundam em questões das ciências naturais publicadas no primeiro semestre de 2019: um período livre da influência de grandes eventos esportivos ou eleições, que costumam alterar radicalmente a dinâmica da produção jornalística. Nos portais de Lupa e Aos Fatos,

¹⁹ Tradução dos autores para o título original “*Lies, Damn Lies and Viral Content*”

foram analisados os títulos de todas as reportagens publicadas entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2019, respeitando uma regra de exaustividade na análise (FONSECA JÚNIOR, 2005). Foram selecionados os textos que fazem menção a questões explicadas pelas ciências naturais. Depois, foram excluídas do *corpus* as reportagens que checam declarações de figuras públicas ou a autenticidade de imagens e vídeos, para que restassem apenas as matérias que se aprofundam nas questões abordadas e discutem evidências científicas.

As reportagens selecionadas foram, em seguida, codificadas em uma ficha de análise montada na plataforma *Google Forms*. As categorias de análise combinaram critérios mutuamente excludentes (presente ou ausente; contrário ou favorável; um ou vários), numéricos (quantidade e data) e sintáticos (adjetivos utilizados; termos mencionados), seguindo parâmetros de objetividade recomendados por Fonseca Júnior (2005). A primeira etapa da codificação foi o isolamento das alegações checadas, nos casos em que estas estavam explícitas. Em seguida, registrou-se o veredicto dado, sempre que houve algum. Depois, procurou-se atestar o cumprimento de recomendações teóricas reunidas pela pesquisa. Por fim, foram descritos os recursos visuais presentes. Na codificação, deu-se preferência sempre pelo registro *ipsis litteris* de trechos presentes no material analisado.

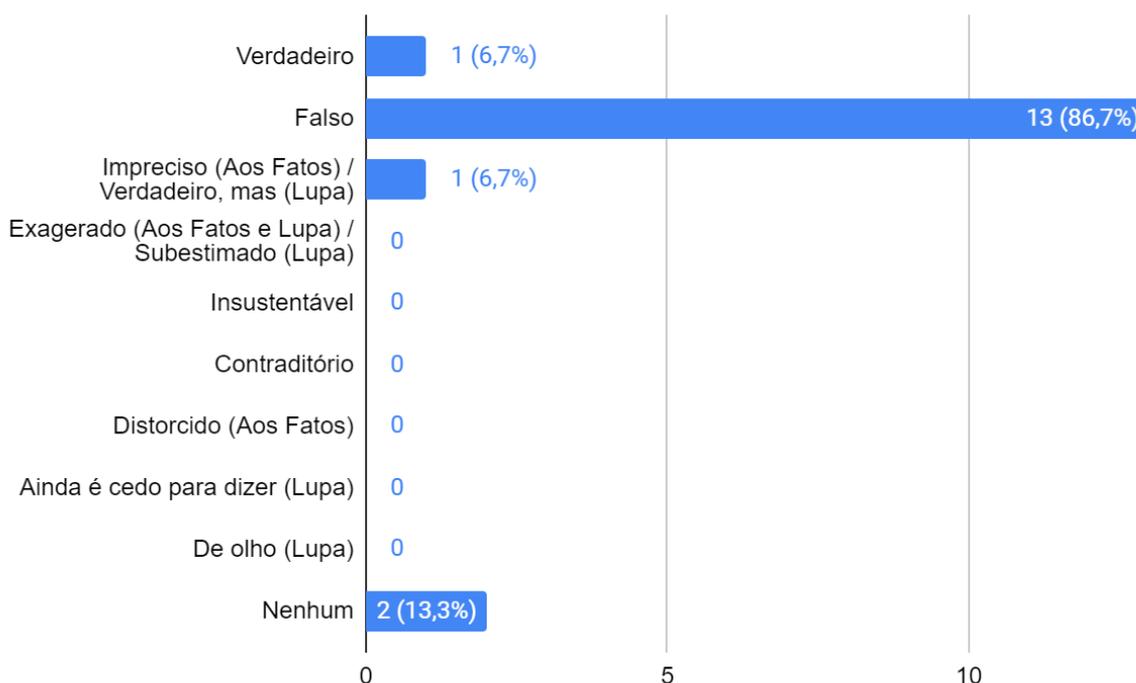
3. RESULTADOS OBTIDOS

No período analisado, foram encontradas 15 reportagens que atenderam aos critérios para a inclusão no *corpus* desta pesquisa (dez da Agência Lupa e cinco de Aos Fatos). O tema mais recorrente foi a saúde, presente em 11 dos textos. O clima foi o assunto predominante em outras três reportagens. Uma outra teve como tema central o avanço tecnológico, de forma mais geral. Das matérias sobre saúde, quatro mencionaram o câncer, duas o autismo e outras duas o HIV. Além disso, em duas ocasiões, Lupa e Aos Fatos checaram o mesmo boato, chegando ao mesmo veredicto.

Dentre todas as reportagens, apenas uma, publicada por Aos Fatos, não se dedicou a alegações específicas. Dois textos de cada projeto verificaram várias alegações. As 10 matérias restantes se dedicaram apenas a uma alegação cada. Além disso, 13 matérias exibiram pelo menos um veredicto em forma de selo ou rótulo. As duas reportagens que não o

fizeram são de Aos Fatos. Todas as 13 reportagens empregaram o rótulo “falso” ao menos uma vez, o que indica que abordagem de temas científicos pelo *fact-checking* tem como objetivo principal a refutação de alegações falsas.

Figura 1. Número de reportagens que utilizam cada um dos veredictos



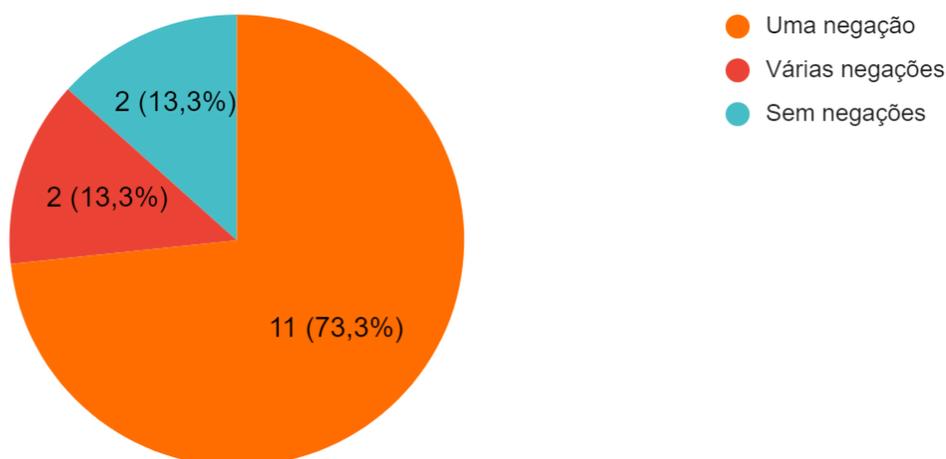
Fonte: elaborado pelos (as) autores (as) (2020).

As 13 reportagens que empregaram o veredicto “falso” contêm pelo menos uma negação explícita no título. São exemplos: “É falso que inverno de 2019 será o mais frio dos últimos cem anos no Brasil” (de Aos Fatos) e “#Verificamos: Banana avermelhada não transmite vírus da Aids” (da Lupa). As duas reportagens do *corpus* que fogem a este padrão são de Aos Fatos: “Checamos cinco notícias falsas sobre o autismo” e “Cinco fatos sobre o aquecimento global”. Fora isso, nenhuma das reportagens analisadas trouxe afirmações²⁰ cientificamente corretas no título ou no primeiro parágrafo, o que contraria frontalmente a

²⁰ Por “afirmação” entende-se uma sentença no positivo, sem negações.

recomendação de comunicar informações verdadeiras no título e na abertura do texto (COOK; LEWANDOWSKY, 2011).

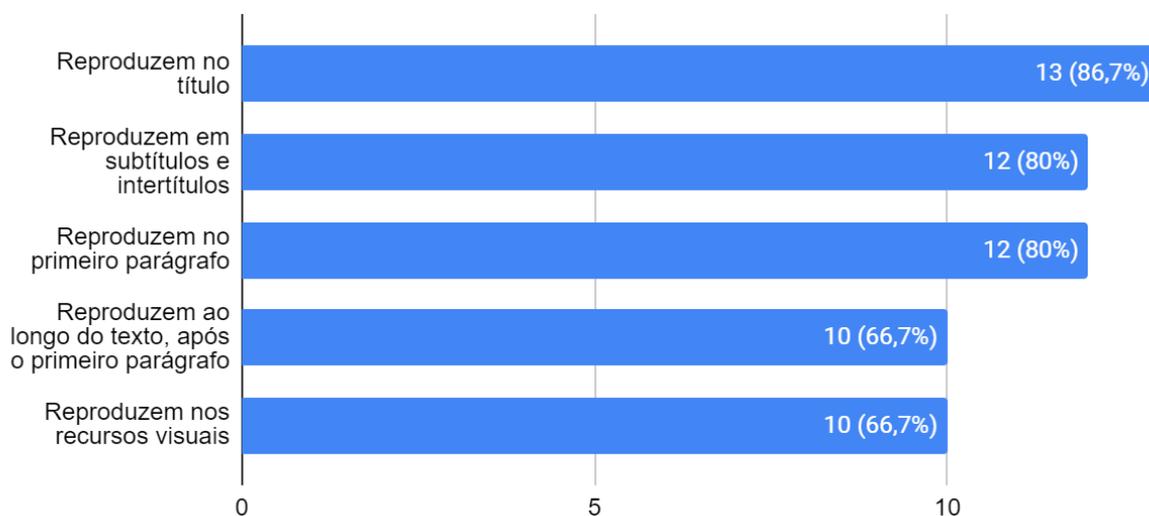
Figura 2. Número de reportagens com negações nos títulos.



Fonte: elaborado pelos (as) autores (as) (2020).

Estes resultados já indicam que alegações falsas são repetidas frequentemente nos textos produzidos por iniciativas de *fact-checking*, algo desaconselhado por diversos autores (KAPFERER, 1993; COOK, LEWANDOWSKY, 2011; NYHAN, REIFLER, 2012; SILVERMAN, 2015). Em apenas uma reportagem (Cinco fatos sobre o aquecimento global) não houve repetição de alegações falsas. No entanto, esta também foi a única matéria analisada a não checar nenhuma alegação específica.

Figura 3. Número de reportagens que reproduzem alegações falsas



Fonte: elaborado pelos (as) autores (as) (2020).

Apesar desses problemas, as 15 reportagens analisadas apresentam pelo menos uma explicação alternativa baseada em dados cientificamente corretos, atendendo à recomendação de se fornecer uma explicação alternativa para os acontecimentos cobertos pela informação errada, conforme recomendam Cook e Lewandowsky (2011) e Nyhan e Reifler (2012). Todas as reportagens também citaram as fontes de seus dados. Entre elas há órgãos públicos; instituições de pesquisa; revistas científicas; veículos jornalísticos; profissionais especialistas e outros projetos de checagem. Não foi identificada nenhuma fonte com afiliação ideológica ou partidária explícita, o que é coerente com ideais de apartidarismo adotados pelo *fact-checking*.

Os textos analisados são, em geral, bastante enxutos. Em média, as matérias em questão têm 503,7 palavras, o que sugere que desenvolvem argumentações sucintas, seguindo o que recomendam Cook e Lewandowsky (2011). Em dez das matérias analisadas houve menção ao início da circulação da informação checada. O intervalo entre a veiculação da desinformação e a checagem, no entanto, variou muito. Enquanto uma matéria verificou o conteúdo de um *post* publicado no dia anterior, outra refutou um boato que circula desde a década de 1950. Assim, entende-se que os checadores são capazes de agir rapidamente, ainda que às vezes escolham se dedicar a histórias mais atemporais.

A análise também constatou que a maior parte das reportagens não fez menção ao desinformante. Em apenas seis matérias (três textos de cada projeto) mencionou-se quem difundiu a informação enganosa. É compreensível que seja evitada a citação de páginas que veiculam desinformação, já que essa menção pode ser considerada uma forma de engajamento (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017). No entanto, tal postura limita a possibilidade de levantar questionamentos quanto à (falta de) credibilidade das fontes de desinformação, bem como de explicar por que o desinformante promoveu o mito (COOK; LEWANDOWSKY, 2011). Apenas um dos textos analisados apresentou uma explicação do motivo pelo qual o desinformante teria difundido uma mentira. Também em apenas um caso foram empregados adjetivos para falar sobre o desinformante. Em suma, percebe-se que os projetos de checagem oscilam entre duas decisões editoriais: evitar menção à fonte da informação enganosa (preferida pela Lupa) ou expor a falta de credibilidade do desinformante (adotada por Aos Fatos).

Ainda quanto à linguagem empregada, os adjetivos usados para caracterizar a desinformação correspondem, em geral, aos rótulos usados pelos projetos de checagem (“verdadeiro”/“falso”). Também foram identificados outros seis termos, mas nenhum deles com conotação pejorativa. Isso indica que o *fact-checking* evita um tom arrogante e não ridiculariza crenças infundadas, seguindo a recomendação de Silverman (2015). Apenas uma reportagem empregou avisos explícitos para que o público não acreditasse na desinformação, prática aconselhada por alguns autores (COOK, LEWANDOWSKY, 2011; NYHAN, REIFLER, 2012).

Esta mesma matéria (“Carvão ativado e azeite não driblam bafômetro. Em que outras notícias falsas de Carnaval você já acreditou?”, da Lupa), também foi a única a recorrer ao humor, uma estratégia valorizada por Silverman (2015). Apesar de a maior parte das reportagens analisadas conter alguma frase que se dirige diretamente ao leitor (13 das 15 o fazem), o especial de Carnaval da Lupa também foi o texto que mais procurou interpelar o público, tática sugerida por Silverman (2015). É compreensível que esses três recursos não sejam empregados com tanta frequência, já que trazem uma abordagem mais publicitária para o jornalismo – o que pode ser desaprovado por parte dos jornalistas e dos leitores. Mesmo assim, ao utilizar tais estratégias ocasionalmente, os *fact-checkers* brasileiros demonstram

conhecer o potencial dessas estratégias. Em relação a recursos visuais, 14 das 15 reportagens apresentam pelo menos uma foto, ilustração, vídeo, selo ou captura de tela. Vale ressaltar que a Agência Lupa incluiu capturas de tela contendo as peças de desinformação em nove reportagens, o que suscita os problemas relacionados à repetição de alegações falsas.

A análise dos textos revela uma fórmula que os projetos analisados costumam adotar para lidar com temas das ciências naturais. Em três matérias de Aos Fatos e nove da Lupa, os processos e recursos detectados foram similares. Estas checagens verificaram o mérito de uma peça única divulgada na internet e a classificaram como falsa. Os textos costumam começar pela repetição da desinformação, mencionada e negada nos títulos, que vêm em formas como “é falso que...” ou “X não causa Y”. A maioria das reportagens prossegue com a apresentação de um pequeno número de explicações alternativas, que cobrem os fatos supostamente explicados pela desinformação. A linguagem adotada ainda é bastante próxima daquela consagrada pelo jornalismo e recursos visuais não assumem o protagonismo. Em suma, as principais inovações são a discussão de *posts* das redes sociais, que colocam em pauta boatos falsos, o emprego de selos ou rótulos e a divulgação das fontes consultadas.

No período analisado, encontramos três reportagens que divergem claramente desse padrão. Uma delas é o especial de Carnaval da Lupa, que contém três vídeos com intenção humorística evidente. Todas as alegações checadas e veredictos foram incluídos apenas nos vídeos. Além disso, as histórias verificadas parecem estar relacionadas à oralidade, pois não há menção sobre a presença delas na internet. Já a plataforma Aos Fatos publicou, no período, duas reportagens que fogem ao padrão identificado. São elas: “Checamos cinco notícias falsas sobre o autismo” e “Cinco fatos sobre o aquecimento global”. Os dois textos foram os únicos que não empregaram veredictos nem apresentaram negações no título. O texto sobre o aquecimento global foi o que mais pareceu se distanciar do modelo do *fact-checking*, já que não tratou de alegações específicas. Outra característica marcante da reportagem foi o protagonismo dos recursos visuais, já que uma peça de ilustração foi montada para reunir as principais informações do texto. Tal recurso, valorizado por Silverman (2015), pode ser útil para tornar o conteúdo “compartilhável”, além de chamar a atenção do público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de reportagens feita por esta pesquisa demonstrou que *fact-checkers* costumam utilizar, em um mesmo texto, recursos considerados eficientes e outros desaprovados por diversos autores. Além disso, a leitura de matérias que fogem ao padrão estabelecido por Lupa e Aos Fatos revelou que os checadores conhecem e são capazes de utilizar uma gama de recursos diferentes daqueles empregados mais rotineiramente. Em suma, a análise demonstrou que os dois projetos oscilam entre métodos mais ou menos próximos daqueles apontados como eficazes pelo conjunto de autores de referência para este trabalho.

Essa relativa inconstância detectada no material analisado sugere que o *fact-checking* não vem se apropriando do conteúdo de análises de diversos campos das ciências sociais, que nos últimos anos têm o *fact-checking* como objeto de pesquisas. Não estamos sugerindo que deva haver uma preponderância do meio acadêmico sobre o profissional, quanto ao julgamento do que seja melhor no conteúdo das checagens. No entanto, consideramos que os jornalistas que atuam no *fact-checking* poderiam usufruir beneficentemente do grande volume de pesquisas acadêmicas desenvolvidas em torno do tema, testando modelos sugeridos e aprimorando os conteúdos que produzem, numa abordagem interdisciplinar. Entendemos que inúmeros fatores relacionados às condições de produção das agências de checagem poderiam ajudar a explicar os resultados encontrados, e fica como questão para futuras pesquisas o estudo dessas motivações.

REFERÊNCIAS

COOK, John; LEWANDOWSKY, Stephan. **O Manual da Desmistificação**. St. Lucia, Austrália: University Of Queensland, 2011. Disponível em: <http://sks.to/debunk>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-304.

GRAVES, Lucas. **Deciding What's True: Fact-Checking Journalism and the New Ecology of News**. 2013. Tese (Doutorado Of Philosophy) – School Of Arts And Sciences, Columbia University, New York, 2012.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

p. 123-142.

KAPFERER, Jean-noël. **Boatos: O mais antigo mídia do mundo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **Misinformation and Fact-checking: Research Findings from Social Science**. [s. I.]: New America Foundation, 2012. 24 p. Disponível em: https://www.dartmouth.edu/~nyhan/Misinformation_and_Fact-checking.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: A prática de fact-checking no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVERMAN, Craig. **Lies, Damn Lies and Viral Content**. [s. I.]: Tow Center For Digital Journalism, 2015. 169 p. Disponível em: <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8Q81RHH>. Acesso em: 10 dez. 2019.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Strasbourg: Council Of Europe, 2017. 107 p. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/freedom-expression/information-disorder>. Acesso em: 10 dez. 2019.